

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PINHEIRO-MA

**Gerlândia da Luz**

**A REVOLTA BALAIADA NO MARANHÃO**

Pinheiro-MA

2016

**GERLÂNDIA DA LUZ**

**A REVOLTA BALAIADA NO MARANHÃO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada Ciências Humanas com Habilitação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes.

Pinheiro-MA

2016

GERLÂNDIA DA LUZ

A REVOLTA BALAIADA NO MARANHÃO

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada Ciências Humanas com Habilitação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.º Jonas Rodrigues de Moraes (Orientador)**  
**Doutor em História**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.º Dimas dos Reis Ribeiro**  
**Doutor em Serviço Social e Mestre em História**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.º Tadeu Gomes Teixeira**  
**Doutor em Ciências Sociais**  
Universidade Federal do Maranhão

# A REVOLTA BALAIADA NO MARANHÃO

Gerlândia da Luz<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo destacar a participação popular na revolta da Balaiada no Maranhão. A Balaiada foi uma importante revolta popular que eclodiu na província do Maranhão, entre os anos de 1838 e 1841, tendo o município de Caxias como foco mais importante das batalhas entre os balaios e as forças legalistas do Norte. A metodologia utilizada na realização desta pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica de conteúdo exploratório e descritivo. Para tanto, foi realizado um levantamento em livros, revistas, artigos científicos e sites da Internet. Após análise literária, conclui-se que a Balaiada foi um dos maiores conflitos ocorridos no Maranhão, desencadeado por questões políticas entre os partidos liberais (*bem-ti-vis*) e os conservadores (*cabanos*) e simultaneamente por vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos e negros), contra os grandes proprietários de terra e de escravos, comerciantes e autoridades provinciais que subiram ao poder com a “proclamação da independência” do país, em busca de uma melhor condição de vida.

**Palavras Chave:** Balaiada. Participação Popular. Província do Maranhão.

## ABSTRACT

This study aimed to highlight the popular participation in the revolt of Balaiada in Maranhão. The Balaiada was a major popular uprising that erupted in the province of Maranhão, between the years 1838 and 1841, with the city of Caxias as the most important focus of battles between the baskets and the forces North loyalists. The methodology used in this research was a literature search of exploratory and descriptive content. For this, a survey was conducted in books, magazines, papers and Internet sites. After literary analysis, it is concluded that the Balaiada was one of the greatest conflicts occurred in Maranhão, triggered by political issues between liberal parties (*well-ti-vis*) and conservatives (*cabanos*) and simultaneously by cowboys, artisans, farmers, slaves and small farmers (mestizos, mulattoes, sertanejos and black), against large landowners and slaves, merchants and provincial authorities that came to power with the "declaration of independence" of the country, in search of a better life.

**Keywords:** Balaiada. Popular Participation. Province of Maranhão.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas / Habilitação em História. Universidade Federal do Maranhão Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologias Campus V – Pinheiro-Ma

## 1 INTRODUÇÃO

A Balaiada foi um movimento popular ocorrido no Maranhão, a mesma iniciou-se com a revolta da classe média, especialmente a urbana, contra a política aristocrática e oligárquica das classes mais ricas de latifundiários, senhores de engenho e fazendeiros que dominavam aquela região, em seguida, tornou-se uma rebelião da massa maranhense desprotegida, composta por escravos, camponeses e vaqueiros, que não tinham a menor perspectiva de melhorar sua condição de vida.

Toda essa insatisfação e revolta uniram cada vez mais a classe marginalizada da sociedade. Deste modo, a Balaiada representou a luta popular contra as desigualdades e injustiças da sociedade da época (sociedade escravista).

A Revolta que entrou na historiografia com o nome de Balaiada, foi, sem dúvida, uma das maiores insurreições populares ocorridas durante o Brasil-Império, a qual requereu intervenção maciça do governo central para ser finalmente subjugada. Apesar, disso, não tem recebido muita atenção por parte da historiografia e tem sido frequentemente mal interpretada. Uma das razões é sem dúvida o caráter periférico da área atingida pela revolta em relação a sociedade nacional.

Apesar de todos esses aspectos a obscuridade com a qual o tema vem sendo tratado até então despertou a nossa curiosidade para com a revolta da Balaiada. Também é oportuno destacar que embora com características e objetivos até hoje pouco estudados, esses movimentos quase sempre tiveram participação popular.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo geral destacar a participação popular na revolta da balaiada no Maranhão e como objetivos específicos descrever a história da guerra da balaiada no Maranhão, abordar as causas e as consequências dessa revolta e identificar os protagonistas do movimento.

Para a construção deste estudo optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica de conteúdo exploratório descritivo. A partir de referências de autores que se dedicaram a análise e reflexão da revolta da Balaiada. Para tanto, foi realizado um levantamento em livros, revistas, artigos científicos e sites da Internet.

A pesquisa bibliográfica para Lakatos e Marconi (2001, p.43), “é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento.”

Acrescentam ainda que "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras".

De acordo com Beuren e Raupp (2008, p.47), "a pesquisa exploratória consiste em conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa." Já as pesquisas descritivas, segundo Gil (2008, p.8), "possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência." Portanto, busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade concreta.

Este trabalho foi estruturado de forma a possibilitar uma soma de conhecimentos necessários para alcançar os objetivos preconizados. Assim sendo, o mesmo está dividido em três capítulos. Inicialmente temos a introdução, contendo a justificativa, a importância, o problema, os objetivos, a metodologia e a estrutura do trabalho. Em seguida, tem-se o aporte teórico, embasado a partir do pensamento de autores e especialistas na área historiográfica, com ênfase na revolta da Balaiada e encerra-se com as considerações finais, onde é exposto o ponto de vista da autora sobre o tema, baseada na revisão bibliográfica, reportada aos objetivos estabelecidos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A Balaiada: Contextualização Histórica**

Para entendermos a Balaiada, é necessário situá-la no contexto político da pós-Independência. A Independência consolidou um modelo político centralizador. A Corte de Dom Pedro I não permitia a autonomia política das províncias, provocando cisões em todas as regiões, onde as facções políticas disputavam a preferência do imperador. Para complicar ainda mais, a enorme opressão social - típica de uma sociedade escravocrata - tornava o equilíbrio político regional extremamente frágil.

No Maranhão, a Independência foi resultado não só da "adesão" das elites regionais ao projeto político alternativo de 7 de Setembro, mas também de uma vasta mobilização popular. Milhares de sertanejos do Ceará e do Piauí se alistaram em uma força expedicionária, que sitiou as forças pró-portuguesas em Caxias.

Após a abdicação do imperador dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil

conheceu uma das épocas mais violentas de sua história. Dezenas de milhares de pessoas morreram nos conflitos travados durante os nove anos da Regência, período de transição entre o Primeiro e o Segundo Reinado.

Não por acaso, a Regência é referida como o período das instabilidades públicas. Um momento clímax do processo de conformação da ordem advinda com a Independência. De acordo com Marson, (1998, p.93), “a Independência desencadeou a era dos tumultos.” Essa ideia é recorrente na historiografia brasileira ao referir-se ao período pós Independência.

Algumas revoltas, como a Sabinada, na Bahia, e a Cabanagem, no Pará, colocaram em risco a unidade nacional, ao propor a separação do Império. Os farroupilhas chegaram a instituir um regime republicano no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estes movimentos lutaram por projetos alternativos de nação, mas foram vencidos no violento processo de construção do Brasil.

É importante pontuar que após a abdicação de D. Pedro I, foi instaurado no Brasil as Regências, sendo que, em 1835 o Padre Diogo Antonio Feijó é eleito regente único, cargo que exerceu de outubro de 1835 a setembro de 1837, quando renunciou. Durante seu governo, os liberais, exerceram completa autoridade sobre a província, relegando os cabanos ao ostracismo político.

Com a ascensão de Araújo Lima como regente (1837-1840) e a vitória dos conservadores no governo central do Rio de Janeiro, os cabanos do Maranhão conquistaram novamente o poder. Os anos que ficaram longe do poder alargaram o ressentimento que nutriam pelos rivais *bem-ti-vis*. Esse fato fez com que os mesmos aprovassem inúmeros projetos que até então eram sistematicamente rejeitados, formando ao lado do então presidente Vicente Pires de Camargo um governo bastante poderoso, de tal forma, que a minoria liberal não chegava em momento algum a interferir nas decisões políticas.

Há que se destacar que esse período foi marcado por um estado elitista e autoritário, instrumento dos grupos dirigentes da época que “assumiram os novos papéis políticos e jurídicos ou administrativos em todas as esferas da organização do poder” (FERNANDES, 1976, p.16).

Dentre as ações executadas nesse período, tem-se a promulgação da lei “administração da polícia”, também conhecida como lei das prefeituras e/ou lei dos prefeitos, aprovada em 04/07/1838, pelos conservadores - denominados “cabanos” - que, articulados ao presidente da província, Vicente Camargo, empossado em

03/03/1838, tornaram os prefeitos os representantes de seus interesses.

[...] Com o poder municipal nas mãos do prefeito e este diretamente subordinado ao presidente da província, a maioria das funções que eram dos juizes de paz passou a constituir atribuições do prefeito, a nova autoridade. Estes receberam encargos militares e policiais significativos, como a chefia da Guarda Nacional e do Corpo Policial nas comarcas do interior; o direito de criar, subordinados a eles, capitães-do-mato, conforme necessidades locais, além de proceder aos recrutamentos nas suas prefeituras. (IAMASHITA, 2013, p.8-9).

Os prefeitos eram responsáveis pelo policiamento e também pelo recrutamento. Foi o instrumento para o governo conservador assegurar-se o controle político do interior, mesmo nas áreas dominadas pelos liberais. Por essa razão, a lei dos prefeitos foi muito denunciada pela oposição liberal. Mas quem sofria as consequências da lei era não somente a elite liberal, mas, sobretudo os caboclos, a população livre e pobre do campo.

A lei das prefeituras também extinguiu a Polícia Rural, força que se subordinava aos juizes de paz (pessoa de escolha dos moradores locais, por eleição direta) para cumprimento de suas funções policiais, e no seu lugar criava os comissários de polícia, subordinados aos prefeitos, uma força fiel às novas autoridades do poder executivo.

A aprovação da Lei incorria em várias implicações: significava a retirada de grande parte dos poderes do juiz de paz, aqueles que tinham sido ampliados com o Código de 1832 e o Ato Adicional de 1834. Tal transferência de poderes para o executivo significava multiplicar o poder do partido conservador (Cabanista) comparado àquele que teria quando ganhou as eleições, ou seja, uma mudança nas regras depois da chegada ao poder. Significava também a diminuição da autonomia das localidades, a favor do governo provincial e também a favor dos interesses da “área litorânea”, voltada para o mercado externo, em detrimento das áreas interioranas. (IAMASHITA, 2013, p.9).

A lei da prefeitura modificou a estrutura e a organização do poder municipal, que passou a depender diretamente do presidente. Pois, cabia a este nomear os prefeitos, os quais passaram a exercer maioria das atribuições anteriormente conferidas aos juizes de paz.

Outro aspecto que merece ser enfatizado é de que os *cabanos*, não satisfeitos, buscando prejudicar os *bem-ti-vis*, adotaram ainda no interior da província o recrutamento indiscriminado de boiadeiros, feitores, agregados ligados



aos bem-te-vis. Foi assim que a luta entre os membros da camada senhorial dominante acabou por atingir as camadas populares.

Neste sentido vale ressaltar que a lei das prefeituras significou uma virada radical em torno dos sucessivos rearranjos de poderes na província maranhense, a virada nos rumos da insatisfação com o governo de orientação centralizadora ou regressista. Ou seja, essa lei marcou uma guinada rumo ao movimento armado, exteriorizado na Rebelião da Balaiada.

Já com relação às rebeliões populares, Costa (1999, p.34), afirma que as revoltas regenciais significaram sentimento de frustração após a Independência:

[...] Aos olhos da população mestiça, a Independência significava, sobretudo, a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso à universidade de Coimbra e ao clero superior. As populações mestiças buscavam a igualdade e abundância. Para estas, a Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios [...].

Holanda (1967, p.10) também assevera que as rebeliões populares da Regência ocorreram devido ao “resultado da indignação pela continuidade das injustiças e exclusão do pacto político após a Independência, uma vez que para os populares nada mudara.”

Portanto, mesmo com a Independência, a realidade dessas massas de trabalhadores não se modificara e as mesmas continuavam marginalizadas e afastadas do poder político e econômico. Segundo Costa (1999, p.31), esse fato fez com que,

[...] as camadas populares, tendo acreditado nas promessas das liberdades cidadãs, amplamente propaladas durante o movimento da Independência, sentiram-se traídas com a manutenção do mundo dos privilégios, externando sua indignação e inconformismo nas rebeliões regenciais populares.

Também, nesta época, a economia agrária do Maranhão atravessava um período de grande crise. A principal riqueza produzida na província, o algodão, sofria forte concorrência no mercado internacional e, com isso, o produto perdeu preço e compradores no exterior. Outro fator, preponderante foi o declínio do preço mundial do açúcar. Em paralelo, a atividade pecuária absorvia grande parte da mão-de-obra livre nessa região.

Essa crise econômica tendia sempre a prejudicar a população de baixa renda, ou seja, um vasto grupo de pessoas formado por

vaqueiros, sertanejos e escravos. Revoltados com essa lastimável situação, essa multidão de pessoas resolveram se juntar e lutar de alguma maneira contra essas injustiças (miséria, fome, escravidão e maus-tratos) (LAUDICEIA, 2012, p.1).

Inicialmente, a filosofia da Balaiada era conquistar a ferro e fogo o mesmo direito e privilégio reconhecidos aos portugueses e seus descendentes diretos. Dois partidos políticos regionalizados tratavam dos interesses das partes: O Partido dos Cabanos representava os interesses dos portugueses e eram simpáticos à Coroa Portuguesa, enquanto que o Partido dos *Bem-ti-vis* era composto por brasileiros e se dizia liberal.

Os *Bem-ti-vis*, eram perseguidos politicamente pelos Cabanos, que estavam no poder e tinham o apoio do governo central. Quando um subprefeito deu ordem de prisão a um vaqueiro, irmão de Raimundo Gomes, desencadeou uma revolta que rapidamente espalhou-se pela província. Os *bem-ti-vis* tentaram se aproveitar politicamente desse fato, mas o movimento logo escapou do controle das camadas dominantes, transformando-se num levante dos setores mais humildes da província, o que deixou os grupos dominantes em pânico.

Com essa reviravolta na rebelião, os *bem-ti-vis* recuaram e tentaram uma conciliação com o governo central. A partir desse momento a liderança do movimento passou para as mãos dos populares.

Mediante o exposto, fica evidente que a revolta da Balaiada começou a partir dos choques entre esses dois grupos, mas em pouco tempo ganhou autonomia, tornando-se um movimento das massas populares.

No entanto, alguns historiadores, se referem ao conflito como “Guerra dos Cabanos contra *Bem-ti-vis*”, em referência aos dois partidos políticos que se confrontavam no período. A predominância de tal visão deve-se à tradição de uma historiografia que parte do ponto de vista político institucional, segundo a qual as definições do destino da nação estão sempre articuladas às ações das elites.

Embasado nessa assertiva Costa (1999, p.156), ressalta que,

[...] de 1830 a 1848, os líderes revolucionários utilizaram-se da retórica liberal radical para justificar a rebelião. Falavam de federalismo, sufrágio universal, liberdade de expressão, garantia de direitos individuais, abolição do poder moderador, separação de poderes, extinção do recrutamento militar, nacionalização do comércio e reforma agrária – temas que apareciam constantemente na imprensa radical. No entanto, a maioria das pessoas que aderiram

aos movimentos revolucionários não agiu movida por razões ideológicas. Os motivos eram bastante pragmáticos e concretos [...].

Isto implica dizer que os rebeldes tinham objetivos políticos bem definidos, e, inspirados pela oposição liberal ao governo provincial, se autodenominavam *bem-ti-vis*.

Assim sendo, a Revolta da Balaiada começou com as elites latifundiárias e algum segmento da Igreja, alinhados ao grupo dos *Bem-ti-vis* que tinha como causa e bandeira de luta seus próprios interesses. Não estava previsto a abolição do escravismo negro e melhorias das condições de vida dos maranhenses pobres.

A classe média maranhense estava insatisfeita politicamente. Havia aderido aos princípios liberais de organização política, muito difundidos na época pelos opositores da monarquia e adeptos do republicanismo.

Importantes setores dessa classe passaram a reivindicar mudanças no controle das eleições locais que acabavam favorecendo os grandes proprietários agrários. Fundaram um jornal, com o nome de "*Bem-te-vi*", para difundir os ideais republicanos. Com o objetivo de organizar um movimento de revolta contra o mandonismo dos grandes proprietários, os setores politicamente organizados da classe média se aproximaram das camadas mais pobres, na tentativa de mobilizá-las para a luta (LAUDICEIA, 2012, p.2).

Porém, como o movimento foi tomando dimensões perigosas, os liberais buscaram uma saída para sua situação incômoda. Assim, procuraram se aproximar do presidente – que passou a ser considerado como uma figura acima dos partidos, sem, contudo deixar de hostilizar os cabanos. Essa atitude dos liberais, demonstrou toda a fraqueza ideológica do partido, assim como, revelaram a exploração que vinham fazendo dos rebeldes na Balaiada, em proveito próprio.

Faz-se necessário esclarecer que apesar de se encontrarem em luta política feroz, os membros dos dois grupos políticos, tanto *bem-ti-vis* quanto *cabanos*, pertenciam à camada social dominante e rica do Maranhão.

Mediante o exposto, acredita-se que, embora os choques de interesses políticos partidários não devam ser ignorados, não devem, entretanto, ser a perspectiva exclusiva de análise, sob pena de desconsiderar a complexidade e a riqueza de nuances que envolvem qualquer experiência social.

Nesse sentido, Assunção (2005, p.347), afirma que:

[...] Os conflitos no seio da elite abriram espaço para a participação popular, tanto como massa de manobra das elites, como para uma mobilização mais autônoma. A tal ponto que a participação popular

chegou a representar real perigo para o poder das elites [...].

Assim, pode-se afirmar que, as questões políticas, as disputas, as tensões não estavam apenas no seio das elites, não se desenvolveram isoladamente, até o momento que transbordaram para as camadas populares, quando não mais se pode contê-los, as mesmas aconteceram paralelamente e simultaneamente.

## 2.2 A Participação Popular na Balaiada

As disputas pelo controle do poder político da província da terra das palmeiras entre Liberais (*bem-ti-vis*) e Conservadores (*cabanos*), estão na gênese da Balaiada. Porém, logo esse movimento se estendeu às camadas mais pobres da população, envolvendo também os negros escravizados. Os rebelados reivindicavam melhores condições de vida, a extinção do sistema escravista, fim do alistamento obrigatório e ao mesmo tempo contestavam as arbitrariedades das autoridades, os privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses.

No entanto, a balaiada entrou para a história do Brasil como uma revolta “anárquica” que ameaçou a integridade do Império durante o período chamado de Regência. Nos documentos dos militares encarregados de sua repressão, que inspiraram a subsequente historiografia mais conservadora, os rebeldes são invariavelmente descritos como “bandidos”, “anarquistas” ou “facínoras”. Viviam de pilhagem e cometiam latrocínios.

Num desses documentos historiográficos, conforme descreve Otávio (1942, p.18), “os rebeldes balaios estariam agremiados em torno da bandeira revolucionária apenas por força do instinto desordeiro e sanguinário, sem nenhuma aspiração, sem nenhum ideal.”

Ocorre que, quando essa percepção de injustiça e descontentamento era defendida por grupos da elite rebelde, a maior parte dos autores oitocentistas atribuíam-lhes a postura heroica de luta pelos ideais, e quando era defendida pelos grupos populares, homens livres pobres e escravos, atribuíam-lhes uma postura própria de selvagens rebeldes e irracionais, de não-civilizados. (TORRES HOMEM, 1981, p.164).

De acordo com os estudos de Abrantes (1996, p.15), a escritora Carlota Carvalho em 1924 em seu livro “O Sertão”, foi a primeira a considerar os rebeldes

como "corajosos, intrépidos, leais, dedicados, saídos das classes laboriosas e honestas agricultores, vaqueiros, fazendeiros e trabalhadores rurais brasileiros muito nativistas."

A importância da Balaiada reside, por um lado, justamente no fato ser uma das primeiras grandes revoltas camponesas no Brasil. Foi um momento importante na formação camponês no Maranhão, no que é, hoje ainda, um dos estados brasileiros com a maior população camponesa. Desse modo, a Balaiada é parte integrante da história de resistência do camponês maranhense.

Por outro lado, a Balaiada foi, como muitas outras revoltas do tempo Regência, uma revolta multiclassista. Haja vista que, ela envolveu fazendeiros de gado, vaqueiros e escravos. A participação de cada grupo dependia muito da área.

Desse modo, a adesão de fazendeiros foi quase totalmente restrita ao sul maranhense, o chamado Sertão de Pastos Bons. Chegaram a levar seus escravos para os acampamentos rebeldes. Os escravos que aderiram à revolta por vontade própria foram os que se levantaram nas fazendas de algodão do rio Itapecuru e nas de gado do rio Parnaíba. Mas a grande massa dos rebeldes não era nem de escravos, nem de senhores. Eram livres e pobres, em sua maioria camponeses.

Há, no entanto, dois aspectos que a diferenciam das demais, primeiro, à diferença é que contou com uma liderança popular desde o início e segundo, é exemplo pouco comum na história do Brasil de um movimento onde se esboçou uma aliança – efêmera, sem dúvida – entre camponeses livres e pobres e os escravos.

Os vaqueiros representavam uma porção pequena, porém significativa, da população livre e pobre do interior maranhense. Alguns rebeldes exerciam outras atividades especializadas, sobrevivendo como remeiros ou artesãos. Mas quase todos – incluindo muitos vaqueiros – trabalhavam a terra, para colher milho, feijão, arroz ou mandioca. Em outras palavras, eram camponeses. E quase todos caçavam, pescavam e colhiam as muitas frutas que amadureciam na mata ao seu redor. (ASSUNÇÃO, 2008, p.172).

Desse modo, o que unia os camponeses de diferentes ocupações, nas revoltas, era porque os mesmos viviam subordinados aos donos da terra e do poder e, por conseguinte, eram explorados e frequentemente maltratados por uma pequena elite escravista que havia assumido o controle da Província com a Independência.

Quanto aos líderes do movimento, ao contrário do que se pensa, na Balaiada, conheceu-se um incontável contingente de rebelados, muitos hoje não são

nem conhecidos. Nesse sentido, Serra (1948) ressalta que:

Novos chefes se apresentam com suas comitivas de rebeldes. [...]. Designam-se mutuamente por nomes simbólicos e são Relâmpago, Corisco, Raio, Caninana, Sete Estrelas, Teteu, Andorinha, Tigre, etc. – toda uma série de homens rudes e sequiosos de aventuras e de vinditas. (SERRA, 1948, p.166).

Desta forma, percebe-se que o conflito teve vários líderes, cada qual capitaneando grupos de 200, 400, 900, 1.200 pessoas, que ora se uniam para uma batalha maior, ora se dispersavam, o que justamente fazia parte de sua força e estratégia de luta. Faz-se necessário pontuar que esses líderes das tropas rebeldes não eram todos “fazedores de balaio”, havia vaqueiros, ex-integrantes de copos policiais, lavradores e escravos. Sendo que os líderes que mais se destacaram foram: Raimundo Gomes Vieira Jutahy (O Cara Preta), Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (O Balaio) e Cosme Bento das Chagas (Negro Cosme).

O mestiço Raimundo Gomes Vieira Jutahy foi o envolvido no episódio considerado o desencadeador da revolta – a invasão da cadeia da Vila da Manga, em 13 de dezembro de 1838, onde liberou seu irmão e outros companheiros seus, que frequentemente levavam e traziam gado do Maranhão para o Piauí, presos para serem mandados como recrutas para a capital da província. As circunstâncias do assalto, mostram quanto o recrutamento forçado e as arbitrariedades dos potentados locais contra a população livre e pobre estiveram nas origens da revolta.

Após liberar os detidos Raimundo Gomes se apossou da Vila da Manga, iniciando uma revolta que se estenderia por dois anos e meio e se tornaria um dos maiores acontecimentos históricos do Maranhão, denominada de Balaiada.

Raimundo Gomes, “trabalhava como vaqueiro para o padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, integrante do partido liberal *bem-ti-vi* e proprietário de uma fazenda na freguesia do Arari, na região do Baixo rio Mearim, na comarca de Viana.” (HOLANDA, 1967, p.159).

Contudo, é mister salientar que para realizar tal proeza, Raimundo Gomes contou não só com o apoio da Guarda Nacional (unidade militar local composta de cidadãos comuns, isto é, soldados não profissionais) mas também com a das autoridades locais, todos descontentes com o governo da província.

Raimundo Gomes foi sem dúvida o maior articulador entre os líderes, o mais resistente, e o que mais deixou registros próprios. Dentre os quais tem-se o

famoso manifesto de 14 de dezembro de 1838. Faz-se necessário destacar que devido aos erros gramaticais de sua redação o manifesto sofreu distintos comentários, uns acreditavam que o mesmo foi redigido de propósito com os erros para que os verdadeiros autores não fossem identificados, enquanto outros, afirmavam que tinha sido escrito pelo próprio vaqueiro Raimundo Gomes.

No entanto, fica perceptível a influência do grupo político *bem-ti-vis* no manifesto nos três primeiros artigos, quando é ressaltada:

a obediência à Constituição; respeito às garantias individuais; demissão do presidente e vice-presidente da província; abolição dos cargos de prefeitos, subprefeitos e comissários. Assim como, também se percebe no artigo 4º os interesses de Raimundo, quando exige a expulsão dos portugueses da província – símbolos populares da opressão do grupo social dominante -, e principalmente quando encerra o manifesto com a frase: “Fora feitores e escravos”. (JANOTTI, 1998, p.50).

Desse modo, com relação a participação popular no movimento, fica evidenciada no manifesto redigido por Raimundo Gomes que ele não pretendia se unir aos escravos, pois ao conclamar os "cidadãos brasileiros e amigos da Pátria", excluiu a grande massa escrava, no final do documento com um "Fora feitores e escravos!" Este foi um dos limites sociais impostos à vinculação efetiva entre negros e homens livres pobres.

É oportuno frisar que os bem-te-vis não eram a favor dessa última frase, uma vez que eles também faziam parte da alta elite da sociedade maranhense e, por conseguinte, possuíam feitores e escravos em suas propriedades, quando não, apenas escravos.

Porém, com a ampliação da revolta e a dinâmica do movimento afetaram tanto as lideranças rebeldes como os políticos da elite provincial, fato esse que desencadeou uma rejeição aos liberais como mentores teóricos da luta e maior vinculação com os negros numa luta de "homens de cor" contra os brancos.

Já o líder Manuel Francisco dos Anjos Ferreira ou Manuel dos Anjos Ferreira ou simplesmente Manuel Balaio (fazedor de balaios, profissão que deu o nome balaiada), era filho de pobres agricultores, participou do exército dos independentes. Depois que este foi dissolvido, voltou a vida de roceiro e fabricante de balaios, vivia com a sua família à margem do Rio Mearim por onde passava a estrada que liga a Vila de Itapecuru Mirim a Chapadinha.

É interessante ressaltar que, segundo a historiografia, Manuel dos Anjos

Ferreira, o balaio, só passou a fazer parte da revolta contra as autoridades da província, depois de ter acusado formalmente o oficial Antônio Raymundo Guimarães de ter abusado sexualmente suas duas filhas e nenhuma providência ter sido tomada pelas autoridades competentes para solucionar o caso.

De acordo com Janotti (1998, p.51-52) Manuel dos Anjos Ferreira, o Balaio, se juntou ao movimento liderado por Raimundo Gomes. Em janeiro de 1839, tendo seu grupo se dirigido a Tutóia, “onde se demorou pouco mais de uma hora, sendo ali pelo juiz municipal Joaquim Antônio Gomes da Silva gratuitamente municiado com cinco paneiros de farinha: e ali obteve levar cento e tantos cartuchos e algumas granadeiras, d’onde saindo procurou a beira do Rio Paraíba [...]”

Acredita-se que seu apelido (Balaio) foi usado de forma genérica para os envolvidos no conflito, e também com o sentido desclassificador, por se entender que artesão de balaio fosse referência ainda mais inferior que a de vaqueiro, associada ao trabalho manual, em uma sociedade atravessada pelo preconceito contra atividades braçais. Ou então, mais, provavelmente, pelas descrições da atuação do Balaio serem indicadas como de maior crueldade e, nesse aspecto, serviria melhor para referenciar a “ferocidade” típica dos sertanejos incivilizados, como foi a significação atribuída à atuação popular no conflito pela historiografia oitocentista e também pelas que lhe sucederam.

Com relação a morte de Manuel dos Anjos Ferreira, o Balaio, de acordo com a historiografia oficial, a mesma ocorreu após o líder ter ser atingido por um projétil atirado de seu próprio bando, causando-lhe gangrena.

Quanto ao líder Cosme Bento das Chagas, mais conhecido por “Negro Cosme”, nasceu escravo entre 1800 e 1802, na cidade de Sobral, no estado do Ceará e chegou como negro alforriado ao Maranhão, ainda jovem – não se pode afirmar ao certo essas datas. Porém, em 1830, foi preso em São Luís, no Maranhão, por ter assassinado Francisco Raimundo Ribeiro. Fugiu da prisão e, após um período em que pouco se sabe sobre sua vida, se torna líder de quilombos e passa a ser conhecido em 1839 por alguns incidentes provocados por negros na Vila de Itapicuru-Mirim.

Cosme adotou o título de Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade *Bem-ti-vi* e fundou na fazenda Tocanguira o maior quilombo da história do Maranhão, intitulado-se o ‘defensor da liberdade’, o mesmo reuniu mais de 3 mil escravos para participarem da luta que chamava de ‘guerra da lei da



liberdade republicana' tornando-se o maior obstáculo das forças legais.

No que diz respeito à Balaiada pode-se afirmar que de todos os líderes apenas o Negro Cosme foi enforcado e que seu enforcamento foi uma tentativa de dar exemplo aos negros que pensassem em se rebelar, entretanto, as resistências à escravidão não pararam por ali. Pois, o Maranhão possuía uma tradição quilombola, e a morte de Cosme não conteria os negros escravos na sua tentativa de lutar por suas liberdades.

Para Assunção (1988, p.5), o fato de a Balaiada não ter recebido a devida atenção e por vezes ser mal interpretada, explica-se a partir da observação do local da sua ocorrência, uma área tida como periférica em relação à sociedade nacional.

### **2.3 A Repressão a Balaiada**

As forças destinadas a reprimir a Balaiada deixaram o porto do Rio de Janeiro em direção ao Maranhão mais de um ano após a eclosão do movimento, no dia 22 de dezembro de 1839. A morosidade da ação do governo devia-se em parte às resistências do Parlamento para votar medidas de força contra as províncias.

O novo presidente chegou ao Maranhão no dia 4 de fevereiro de 1840. Essa foi a primeira vez que o coronel Lima deixava o Rio de Janeiro comandando sua própria expedição militar, sem estar sob as ordens de um de seus tios.

O recém-promovido coronel Lima, ao chegar ao Maranhão, em função da falência econômica da província e da generalização da violência, já encontrou uma elite disposta a unir-se contra aqueles que agora viam como um inimigo comum: os mestiços e negros aquilombados.

Ao chegar ao Maranhão o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, de acordo com Janotti (1998, p.65), encontrou a tropa oficial em uma situação bastante desastrosa, haja vista que os mesmos estavam, "sem víveres, roupas e armamentos. De muito não recebiam o soldo que o governo lhes devia. Por essas razões, atacavam a população sem mais se servirem de protocolares "requisições de guerra".

Para resolver tal situação o então presidente Luís Alves autorizou o pagamento dos soldos atrasados da tropa, coibiu os excessos contra a propriedade e a população civil, também passou a exigir rigorosa prestação de contas das despesas com víveres, bem como, solicitou mais tropas a Pernambuco e recursos

financeiros.

É interessante lembrar que a desarticulação de vários braços revoltosos da Balaiada e a desunião em torno de objetivos comuns, facilitou bastante a ação repressora estabelecida pelas forças governamentais lideradas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva. Nesse sentido Janotti (1998, p.65), afirma que “abandonados pelos *bem-ti-vis*, enfraquecidos por deserções, os chefes começaram a se desentender.”

De acordo com Santos (1998, p.21), “[...] foi um movimento de revolta de caráter popular, e dada a heterogeneidade de seus componentes, é natural que tenha sido marcado pela pluralidade de características contraditórias e diversificadas, cujos matizes são definidores de sua natureza sertaneja.”

Com todo o aparato militar que o coronel Luis Alves detinha foi sufocando a rebelião impondo várias derrotas aos rebeldes chefiados por Raimundo Gomes, fato esse que lhe obrigou a refugiar-se no Piauí, onde se reorganizou e voltou para o Maranhão com um contingente de mil homens, mais sempre que enfrentava as forças do coronel era vencido e quando debandavam caíam nas armadilhas armadas pelos grupos militares.

O final da rebelião para Raimundo Gomes foi bastante sacrificada, haja vista que, o mesmo encontrava-se doente e sem ter o que comer, assim resolveu se entregar, mais para tanto exigiu algumas condições, as quais lhes foram negadas e como estava muito debilitado, foi se refugiar ao grupo dos escravos comandados por D. Cosme, o qual passou a ser o principal comandante do movimento.

Porém, a força dos balaios foi só diminuindo, principalmente a partir de agosto de 1840, quando dom Pedro II assumiu o poder e decretou anistia aos rebeldes, um grande número de rebeldes rendeu-se diante da concessão da anistia. Pouco tempo depois, todos os outros igualmente se renderam. Os negros foram os últimos a capitularem. A insurreição foi dada por terminada somente quando as tropas legais capturaram Cosme. A captura ocorreu depois de uma sangrenta batalha realizada em Calabouço no município de Mearim em 7 de fevereiro de 1841.

Preso, seu processo foi aberto em março de 1841, arrastando-se por mais de um ano, pois somente em 5 de abril de 1842, realizou-se o seu julgamento. Negro Cosme foi condenado à força por liderar no Maranhão uma das mais temidas insurreições do povo negro já ocorridas no Brasil. À frente dos quilombolas, lutava para pôr fim à escravidão.

Com relação à prisão de Raimundo Gomes, Janotti (1998, p.68), nos diz que, “Há dúvidas quanto às circunstâncias que envolveram sua prisão. Entretanto há certeza de que embarcou vivo no navio que devia levá-lo para o exílio em São Paulo, mas lá chegou morto”.

Quanto a D. Cosme Janotti (1998, p.68), afirma que, “não tinha motivos para entregar-se. Suas tropas lutavam sem nenhuma esperança, eram escravos, não queriam voltar ao jugo de seus senhores, pois tinham sido homens livres e temidos. Lutaram até a morte”.

Durante a Balaiada, a tomada da cidade de Caxias pelos rebeldes, ocorrida por duas vezes, é descrita como ponto clímax do conflito. Não é por acaso que a Luis Alves de Lima, o “vencedor” da guerra, o “pacificador” da província, foi concedido o título de “Duque de Caxias” e não de duque do Maranhão ou de São Luis.

### **3 CONCLUSÃO**

De acordo com a revisão literária, a guerra da Balaiada, retrata o movimento popular contra o poder e os privilégios da aristocracia rural no Maranhão. Iniciou-se por questões políticas entre partidos, mas acabou por ser assumida por vaqueiros e homens sem posses em geral, que lutavam em oposição ao recrutamento forçado para as forças militares e contra os desmandos de chefes políticos locais e, finalmente, a participação dos quilombolas, que sustentaram o combate até o fim, conforme apontam diversos historiadores.

Também foi possível constatar que a elite ao perceber que seus privilégios correm riscos e ante as ameaças, as mesmas deixam de lado suas diferenças e se unem. O período regencial mostrou riscos à elite, que percebe a importância da resolução de problemas regionais sem o uso de armas e sem o envolvimento do setor popular. Como resultado tem-se a vitória da centralização política.

Outro aspecto que ficou evidente neste estudo é que a diferença de interesses tanto entre o grupo balaio quanto o bem-te-vi, e conseqüentemente a ausência de uma proposta ideológica, frustrou o movimento. Ou seja, devido à falta de unidade e desgastado, o movimento foi sufocado pelas tropas do governo central e assim, o Negro Cosme foi enforcado, Manuel Francisco foi morto em combate e Raimundo Gomes foi preso. Milhares de “balaios”, sobre tudo, negros, foram

assassinados, entretanto, dois aspectos merecem ser destacados na revolta da Balaiada, a expressiva participação de lideranças populares e a destacada presença de afrodescendentes.

A literatura pesquisada permite afirmar que, após o fim da revolução, os rebeldes, que haviam lutado durante anos, enfrentariam enormes dificuldades para serem absorvidos nas atividades produtivas, assim, a grande maioria foi obrigada a vender sua força de trabalho a preços muito abaixo do mercado para poderem se sustentar e, quem não conseguia emprego, se aventuravam como nômades pelo sertão em busca de um meio de sobrevivência.

Muitos dos grupos que permaneceram armados preferiram adentrar no sertão e vender proteção aos fazendeiros locais, formando os primeiros bandos de cangaceiros. Já outros grupos optaram por lutarem nas revoltas do Pará e de Mato Grosso. Desta forma, as lutas da Regência formaram um aterrorizante contingente de homens armados que se tornaram perigosos para as forças militares, haja vista que, estavam sempre prontos a arregimentar-se sob qualquer bandeira.

Portanto, conclui-se que a Balaiada foi um dos maiores conflitos ocorridos no Maranhão, desencadeado por questões políticas entre os partidos liberais (*bem-ti-vis*) e os conservadores (*cabanos*) e simultaneamente por vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos e negros), contra os grandes proprietários de terra e de escravos, comerciantes e autoridades provinciais que subiram ao poder com a “proclamação da independência” do país, em busca de uma melhor condição de vida.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os balaios**: uma análise historiográfica. São Luís, 1996. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão. 1996.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Balaiada e Resistência Camponesa no Maranhão (1838-1841). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. **Coleção História Social do Campesinato no Brasil**. v.1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/UNESP. 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSO, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005, p.346-347.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **A Guerra dos Bem-Te-Vis**. São Luís: SIOGE, 1988.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M.; Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: COLAUTO, R. D.; LONGARAY, A. A.; PORTON, R. A. de B.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. de.; BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p.46-97, 2008.

COSTA, Emília Viottida. **Da monarquia a república: momento decisivo**. São Paulo: Ciências humanas, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Regência. In. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1967, tomo II, v.2.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. Juizado de Paz X Prefeituras: disputas por modelos institucionais na construção da Regência, no Maranhão. **XXVII Simpósio Nacional de História sobre Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal 22 a 26 de julho de 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. 1. reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense S/A. 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUDICEIA, P. C. **Balaiada a Guerra do Maranhão**. 2012. Disponível em: <http://balaiada-trabalho.blogspot.com.br/2012/11/manuel-francisco-dos-anjos-ferreira.html>. Acesso em: 25/04/2016.

MARSON, Maria Isabel. O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica. In: FREITAS, Marcos Cézar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.73-74.

OTÁVIO, Rodrigo. **A Balaiada, 1839**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no sertão**. A pluralidade de uma revolta. 1998. Dissertação (mestrado em História) - Unesp/Franca. 1998.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi. 1948.

TORRES HOMEM, Francisco Sales. O Libelo do Povo. 1849. In: **Revista de Ciência Política**. n.3, v.21, dez. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1981.p.149-184.